



Entretextos 22 (1): jan-jul/2022 ISSN (digital): 2764-0809

DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n1.p22

Algumas representações da colonização na América: uma análise enunciativa

Some representations of colonization in America: an enunciative analysis

Algunas representaciones de la colonización en América: un análisis enunciativo

Bárbara de Souza Freitas¹

https://orcid.org/0000-0003-4732-286X

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar diferentes expressões que representam a colonização na América e entender os seus sentidos. Para isso, selecionamos enunciados sobre colonização da América do livro didático Projeto Araribá História — 7º ano e os analisamos a partir de conceitos da Semântica Histórica da Enunciação, dando ênfase à constituição do Domínio Semântico de Determinação — DSD, à análise dos memoráveis mobilizados pelos enunciados e à configuração da cena enunciativa dos recortes. Identificamos três expressões mais frequentes nas narrativas sobre a colonização de diferentes regiões da América: *conquista, tomada* e *invasão*, que são as três perspectivas sob as quais a colonização é representada. Pudemos perceber que o uso desses termos mobiliza o memorável da oposição entre civilizado e selvagem e constitui diferentes posições em relação às colonizações. Desse modo, ressaltamos o caráter político do livro didático por ser um material que administra as desigualdades de vozes em relação aos diferentes processos de colonização da América.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização da américa; livro didático; semântica histórica da enunciação.

ABSTRACT: This paper aims to identify different expressions that represent the colonization of America and to understand their conveyed meanings. In order to achieve this objective, we select some utterances about the colonization of America from the textbook "ProjetoAraribáHistória – 7º ano" and analyzed them based on concepts from Historic Semantics of Enunciation. In our analysis, we emphasized on the constitution of the semantic domain of determination, on analysis of the memorables mobilized on the utterances, and on the configuration of the enunciative scene of the sentences. We identified three frequent expressions about colonization of different regions of America: *conquest, storming* and *invasion*, which were the three perspectives that represent colonization. We could realize that these terms mobilize the memorable of opposition between civilized and savage, building different positions about colonization. Thereby, we point the political

_

¹ Mestra em Linquística pela Universidade Federal de São Carlos. Endereço de *e-mail*: freitasbarbaras@gmail.com

feature of the textbook, which is a material that manages the differences of speeches related to the processes of colonization of America.

KEYWORDS: Colonization of America; textbook; historic semantics of enunciation.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo identificar diferentes expresiones que representan la colonización en América y comprender sus sentidos. Para eso, seleccionamos declaraciones sobre la colonización de América del libro didáctico Projeto Araribá História – 7º año y los analizamos a partir de conceptos de Semántica Histórica de la Enunciación, enfatizando la constitución del Dominio Semántico de Determinación – DSD, al análisis de memorables movilizados por las declaraciones, y a la configuración de la escena enunciativa de los recortes. Identificamos tres expresiones más frecuentes en las narrativas sobre la colonización de diferentes regiones de América: *conquista, capturae invasión,* que son las tres perspectivas bajo las cuales se representa la colonización. Pudimos observarque el uso de estos términos moviliza el memorable de la oposición entre civilizado y salvaje y forma diferentes posiciones en relación a las colonizaciones. De este modo, resaltamos el carácter político del libro didáctico por ser un material que administra las desigualdades de voces en relación a los diferentes procesos de colonización de América.

PALABRAS CLAVE: Colonización de américa; libro didáctico; semántica histórica de la enunciación.

Introdução

A busca e ocupação de territórios foi sempre um artifício pelo qual o ser humano iniciou a construção de culturas e fundou comunidades, impérios e países. Essa prática dá início ao que é nomeado colonização. A colonização, segundo Silva (2009, p. 67), é

[...] um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões. Portanto, *colonizar* está intimamente associado a *cultivar* e *ocupar* uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço.

Podemos dizer que essa definição de colonização se refere ao processo de desenvolvimento de terras não habitadas. Quando pensamos em colonização de terras já habitadas, o processo não se dá somente por ocupação e cultivo de terra, mas inclui a relação entre povos diferentes que podem passar a ser colonizados e colonizadores.

Este tipo de colonização dificilmente acontece de forma pacífica e em situação de igualdade para ambos grupos. Geralmente, ela se dá a partir da imposição da cultura do colonizador e do ataque, por meio de guerras, ao povo nativo. Assim, "[...] dominar, explorar e submeter os nativos também são sentidos inerentes à colonização. Nesse contexto, colonizar está sempre associado a conquistar" (SILVA, 2009, p. 67-68). Esta expressão, conquistar, é frequentemente utilizada em conteúdos de colonização para marcar a violência e as atrocidades que a colonização envolve. Em livros didáticos de História, a colonização

do Brasil geralmente é descrita por meio do uso dessa palavra, sendo o colonizador português caracterizado como "conquistador". No entanto, essa abordagem da colonização adotada por grande parte dos livros didáticos atuais não garante uma narrativa que mostre todos os aspectos sobre essa temática.

Em relação a isso, é preciso pensar o livro didático como um produto não somente daquele que o produz (autor), alguém que possui crenças, opiniões próprias e que ocupa uma posição social, mas também um produto do mundo da edição (mercado) (BITTENCOURT, 2009) e da sociedade. Pensando sob esse viés e sabendo que diferentes discursos circulam socialmente, o livro didático possui também influência de discursos específicos e ensina o que é selecionado socialmente e pela escola (PFEIFFER, 2011). Dessa maneira, ainda que o livro didático se utilize da expressão "conquistar", isso não significa que esse material não confira ao colonizador uma posição de superioridade e deixe haver, portanto, um apagamento de alguns povos. A exemplo disso, ressaltamos aqui os estudos decoloniais, que buscam mostrar as relações de poder decorrentes dos processos de conquista de colônias pelos europeus, e pesquisas que mostram de que maneira o branco europeu vem sendo colocado como povo superior e centro do mundo (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016; VIANA, 2020).

Sobre as relações de superioridade e inferioridade que envolvem o processo de colonização, esclarecemos que elas fazem parte de algo que está intimamente relacionado à noção de colonização, a ideia de raça. Esta foi uma das formas que colonizadores usaram para justificar as ações colonizadoras de exploração e subjugação de povos nativos. Conforme Quijano (2005, p. 107), era com base nas diferenças entre colonizadores e colonizados que se constituía "uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação de inferioridade em relação a outros". Essa separação entre grupos superiores e inferiores construída pelos europeus impactava diretamente nas relações de trabalho instituídas no período colonial, atribuídas por cor de pele - com base nisso, estabelecia-se se o trabalho seria assalariado ou não – e nas formas de encarar as marcas dos povos nativos, suas identidades. Povos que anteriormente tinham costumes, história, organização social, língua e que eram nomeados distintamente passam, com a colonização, a ser nomeados da mesma maneira: índio/negro (QUIJANO, 2005).

É preciso destacar ainda o dualismo característico da colonização, as separações que passam a opor "europeu" e "não-europeu", "civilizado" e "selvagem" (SILVA; MEIRELES,

2017) e que colocam em evidência a imagem do colonizador branco/europeu. Esse dualismo é frequente em livros didáticos, que costumam tratar a história, principalmente conteúdos de colonização, de forma linear. No entanto, podemos notar que diferentes termos, além de "conquistar", são utilizados para se referir aos diferentes colonizadores europeus em diferentes regiões da América. Por isso, consideramos relevante identificar expressões também diferentes que representam a colonização na América e entender os seus sentidos.

Para desenvolver este estudo, selecionamos o livro didático de História do 7º ano da coleção *Projeto Araribá* (APOLINÁRIO, 2014), da Editora Moderna. Essa editora ocupou, nos últimos dados do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), em 2020, posição de liderança no número de títulos adquiridos pelo governo e distribuídos nas escolas, foram 133 no total (FNDE, 2021). Desses títulos, a coleção Projeto Araribá está sempre presente. Atualmente nomeada *Araribá Mais*, essa coleção ocupou segundo lugar, em 2008, dentre as coleções com maior número de exemplares adquiridos pelo Estado (GANDRA; NOBRE, 2014) e, embora tenha grande aceitação no mercado, ela já foi alvo de pesquisas que afirmam que os livros didáticos apresentam uma imagem estereotipada e um silenciamento dos povos indígenas, bem como uma visão problemática dos negros em relação aos brancos colonizadores nos conteúdos (GANDRA; NOBRE, 2014; SANTOS; DOMINGUES, 2017). Em virtude desses dados, escolhemos essa obra para ser analisada.

Como procedimentos de análise, primeiro utilizamos a sondagem (GUIMARÃES, 2018) para selecionar os enunciados do livro e, em seguida, realizamos as análises, fazendo uso do quadro teórico-metodológico da Semântica Histórica da Enunciação, dando enfoque aos conceitos de espaço de enunciação, Domínio Semântico de Determinação – DSD, memorável e cena enunciativa.

Semântica Histórica da Enunciação

A Semântica Histórica da Enunciação se insere nos estudos das teorias que tomam a linguagem numa perspectiva histórica e política, entendendo o sentido simbolicamente. Isto quer dizer que o sentido das palavras é concebido não pela relação que elas estabelecem com o real, mas pelo modo como elas significam o real por meio da linguagem, na enunciação.

Para definirmos de que modo a história e o político são parte integrante da constituição de sentido na língua, devemos definir o que é enunciação. Ela

Algumas representações da colonização na América: uma análise enunciativa

[...] é um acontecimento que produz sentido [...] E este acontecimento se apresenta como se dando pela existência de uma língua, porque há falantes que são tomados enquanto falantes pela relação com tal língua (GUIMARÃES, 2018, p. 22).

Sabendo que a enunciação é um acontecimento de linguagem, é preciso esclarecermos que o acontecimento constitui sua própria ordem, isto é, o acontecimento constitui uma temporalidade própria na qual os sentidos são construídos (GUIMARÃES, 2018). Essa temporalidade é configurada pelo presente do acontecimento de linguagem, que atualiza um passado de significações (de outras enunciações) denominado memorável, e a possibilidade de produção de novas interpretações e sentidos, futuridade. É esse passado enunciativo e a maneira simbólica de constituir os sentidos que configuram o histórico na linguagem.

Quanto aos falantes, mencionados acima, na enunciação, eles não são tomados como indivíduos, não são tomados empiricamente. O falante é, segundo Guimarães (2018, p. 24-25),

[...] um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no espaço de enunciação [...] E esta constituição dos falantes se faz pelo modo como as línguas determinam os falantes, agenciam os falantes como seus de algum modo. O falante não é, portanto, uma pessoa física. É uma figura linguística constituída por essa relação de línguas, que tomam os falantes, que se distribuem desigualmente para os falantes ao constituí-los.

É nessa distribuição desigual da língua para seus falantes que o político funciona. Numa distribuição desigual, haverá sempre o litígio, o embate entre os que dominam e os que procuram fazer parte do espaço de enunciação. Assim, o político é justamente esse "conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento" (GUIMARÃES, 2017, p. 22). O espaço no qual essa divisão se dá na linguagem é um espaço político, o espaço de enunciação, como citado anteriormente.

[...] Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2017, p. 25).

É nesse espaço político, que é o espaço de enunciação, que os falantes se constituem

em sujeito, configurando a cena enunciativa. Esta é o agenciamento dos falantes em diferentes lugares enunciativos que marcam sujeitos de diferentes posicionamentos na enunciação. A cena enunciativa, assim, conforme Eduardo Guimarães (2017, p. 31), são "modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas". Esses modos de dizer formam o que chamamos "aquele que fala" e "aquele para quem se fala". Aqueles que falam na enunciação dividem-se em Locutor (L), alocutor-x (al-x) e enunciadores.

O Locutor é considerado a origem do dizer, mas, para falar, "é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar" (GUIMARÃES, 2017, p. 32), assim, é preciso que L ocupe uma posição social e, ao assumir essa posição, L se constitui em alocutor-x, em que x é a posição social ocupada por esse alocutor. Já o enunciador é um lugar de dizer somente, não há uma posição social para o enunciador. O enunciador é "um eu que desconhece que fala de algum lugar. A tal ponto que se toma como a pessoa, meramente enquanto tal" (GUIMARÃES, 2017, p. 33). O enunciador pode ser genérico, coletivo, universal e individual. O individual, importante para nós neste trabalho, é o enunciador que "retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história" (GUIMARÃES, 2017, p. 34).

Existe também aquele para quem se fala, o que, numa relação de alocução, é o correlato daquele que fala. Aquele para quem se fala será correlato de apenas dois dos lugares enunciativos destacados: o correlato do Locutor, que é o Locutário, e o correlato do alocutor-x, o alocutário-x. O enunciador não possui um correlato, pois, sendo lugar de dizer somente, sua relação é com o que se diz.

Tendo mostrado os aspectos da enunciação necessários para entender a constituição do sentido a partir do político, da história e do agenciamento dos falantes para entender as diversas posições assumidas por eles na enunciação do livro didático, partimos para a apresentação dos procedimentos de seleção e análise dos dados, para então mostrarmos como isso se dá nas suas aplicações em recortes do livro didático.

Procedimentos de seleção e análise do corpus

O *corpus* de análise é selecionado pelo procedimento nomeado por Guimarães (2018) de sondagem. Esse procedimento se constitui na seleção de enunciados guiada pela pergunta de pesquisa do analista, isto é,

Algumas representações da colonização na América: uma análise enunciativa

[...] A sistematicidade do procedimento de sondagem se caracteriza por ser um modo de 'eleger' enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta, de uma questão, e em seguida proceder a uma descrição e análise do seu funcionamento, lançando mão de categorias semântico-enunciativas (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Dessa forma, guiamo-nos pela pergunta principal: *que expressões são utilizadas para representar a chegada de europeus e o início da colonização na América?*. A partir desta pergunta, selecionamos enunciados que contenham termos que apontem para esse tipo de representação. Como pode ser visto nos tópicos a seguir, identificamos as expressões *conquista, tomada* e *invasão* como principais palavras usadas para representar a chegada/início da colonização dos europeus na América. Depois de selecionados os termos, partimos para analisar de que forma essas expressões significavam nos textos do livro didático.

A análise dessas expressões se constitui na identificação de relações de sentido internas e externas aos enunciados. Algumas dessas relações fazem parte do que se constitui no Domínio Semântico de Determinação – DSD. O DSD é a análise da palavra, o seu sentido, aquilo que ela designa (GUIMARÃES, 2007). Para se chegar ao DSD é preciso identificar as relações às quais nos referimos, e estas são as relações de determinação.

A relação de determinação é uma relação na qual o sentido de um termo é guiado pela palavra que o determina, e esta é, portanto, uma "relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas" (GUIMARÃES, 2007, p. 79), pois é a partir dela que chegamos à designação de uma expressão. A designação é o sentido de uma palavra, a sua significação,

[...] A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas. (GUIMARÃES, 2007, p. 95).

Assim, o sentido das palavras não é determinado pela sua referência às coisas do real, mas pela forma como essas palavras se relacionam na enunciação para produzir sentido. Elas significam na e por meio da linguagem.

Ainda é preciso destacar um tipo de relação de determinação que envolve o processo de constituição da designação de um nome, é a relação de reescrituração. Ela se constitui no processo, no qual, segundo Guimarães (2009, p. 53),

[...] uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração).

Nesse processo de reescrituração, não necessariamente o elemento linguístico que reescritura um termo é uma outra palavra, podendo a reescrituração, portanto, ocorrer por meio da repetição do termo reescriturado. Mas, os elementos da reescrituração serão sempre tomados como diferentes entre si pelo sentido que constituem, que se modifica.

É importante ressaltar também que o procedimento de reescrituração pode se dar de diferentes maneiras, uma delas, por exemplo, é a reescrituração por substituição². Esse modo de reescrituração ocorre quando uma expressão substitui outra dita anteriormente. Essa nova expressão pode ser um substantivo ou mesmo um pronome, produzindo, neste caso, uma anáfora³.

Tendo em vista esses procedimentos para análise da designação/sentido de uma palavra, mostraremos como isso se dá, no tópico a seguir, por meio da identificação das relações de determinação que envolvem as expressões analisadas.

Representações da colonização: conquista, tomada e invasão

Neste tópico, analisaremos alguns enunciados do livro didático *Projeto Araribá História – 7º ano* que mostram de que maneira diferentes expressões podem representar a chegada dos europeus na América e a forma como a colonização dos territórios se iniciou. Separamos enunciados de três unidades do livro: a) Unidade 7 – As grandes navegações e os portugueses na América; b) Unidade 8 – O Nordeste colonial; e c) Unidade 9 – Espanhóis e ingleses na América. Essas unidades eram voltadas a mostrar o processo de colonização e desenvolvimento da América por povos europeus.

O enunciado mostrado abaixo é uma das primeiras passagens que abordam o plano europeu de colonizar diversas regiões do mundo, incluindo regiões da América:

1. Além disso, o interesse por riquezas e produtos de alto valor no mercado europeu, como especiarias e metais preciosos, estimularam os governos a

² Esse tipo é importante ser citado, pois aparecerá na análise das expressões. Outros modos de reescrituração são: por repetição; por elipse; por expansão; por condensação. Para mais explicações, conferir "A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido" (GUIMARÃES, 2009).

³ A reescrituração pode ter como resultado diversos efeitos de sentido, como sinonímia, especificação, definição, desenvolvimento, enumeração, generalização e totalização (GUIMARÃES, 2009).

organizar expedições para explorar os mares e conquistar colônias na África, na Ásia e na América. (APOLINÁRIO, 2014, p. 162).

A expressão *conquistar* nesse trecho é determinada pelas palavras *explorar* e *colônias*. Essas duas expressões trazem ao enunciado, bem como ao termo *conquistar*, os passos principais do início de uma colonização: a exploração de territórios e, em seguida, sua posse na formação de colônias. Já podemos aqui estabelecer o primeiro DSD que nos ajudará a compreender os sentidos das expressões propostas para estudo:

Fonte: Elaborado pela autora⁴

O uso do termo *conquistar*, ao tratar do plano de colonização de três continentes pelo europeu, já nos guia para uma primeira compreensão da colonização: colonização como conquista. E como já dito na apresentação deste trabalho, a conquista presume os diversos aspectos que envolvem o processo de colonização, desde a busca por territórios até as guerras e violência contra povos nativos. O termo *conquista* é bastante utilizado em diversas passagens do livro.

Outro enunciado que segue na utilização de uma expressão derivada da palavra *conquista* e que significa a colonização na perspectiva de conquista é: "2. O termo 'índio' originalmente expressava uma visão preconceituosa por parte do conquistador (APLINÁRIO, 2014, p. 171)".

Esse enunciado aparece no capítulo *Primeiros contatos entre indígenas e portugueses*, que introduz a narrativa sobre a colonização do Brasil. Nele, a expressão *conquistador*, utilizada para designar o colonizador português, mostra a perspectiva de conquista atribuída à colonização do Brasil. Esse termo foi amplamente utilizado em toda a narrativa da colonização portuguesa.

Nessa narrativa, no entanto, outra expressão foi utilizada para sinalizar a chegada de europeus no Brasil:

-

⁴ Esse bem como os próximos esquemas de DSD foram produzidos pela autora exclusivamente para este artigo.

- 3. A invasão holandesa no Nordeste foi promovida pela Companhia das Índias Ocidentais, que detinha o monopólio do comércio na América e na África (APOLINÁRIO, 2014, p. 196);
- 3a. Outros europeus também invadiram terras da América Portuguesa. Ingleses tentaram se apoderar da Bahia em 1587 [...] Os franceses chegaram a dominar áreas do litoral do Rio de Janeiro (1555), Paraíba (1581) e Maranhão (1612) (APOLINÁRIO, 2014, p. 198);
- 3b. Depois da conquista de Pernambuco, novos ataques possibilitaram aos holandeses estender seus domínios de Alagoas até o Rio Grande do Norte. (APOLINÁRIO, 2014, p. 197).

Em (3), vemos que a chegada de europeus não é mais representada pelo uso da palavra *conquista*, mas por *invasão*. Esse termo é determinado pela palavra *holandesa*, e essa relação entre as expressões nos mostra que os europeus que chegam ao Nordeste não são portugueses, mas holandeses. O sentido da expressão é ainda determinado pela expressão *América Portuguesa*. Esta expressão é significativa para a construção do sentido de *invasão*, porque ela mostra um Brasil habitado não apenas por indígenas, mas também por portugueses, que, neste momento, já haviam tomado posse do território.

O fato de o Brasil já ser colônia portuguesa nas passagens sobre a chegada de europeus não-portugueses muda a visão do território, que não está mais sob o "comando" de um povo dito não-civilizado, mas de um povo (europeu) que transforma aquele ambiente em civilização. Assim, partindo da ideia de que aquele território passa a ser organizado e a possuir uma administração portuguesa, o livro concebe qualquer nova chegada na perspectiva de invasão. O enunciado (3a) confirma isso quando a expressão *outros europeus* é reescriturada por *ingleses* e *franceses*. Assim, qualquer europeu que não fosse português seria tomado como invasor.

Ainda é preciso destacar que a expressão *América Portuguesa* legitima o comando português sobre o território, e a relação de determinação entre *Portuguesa* e *América* se opõe, isto é, se configura, nas relações de sentido estabelecidas para o enunciado, numa antonímia em relação aos outros europeus que chegam ao território brasileiro. Temos, então, o seguinte DSD:

Figura 2 - Esquema de DSD2

DSD 2

invasores

franceses outros europeus ingleses

América Portuguesa

Fonte: Elaborado pela autora

No enunciado (3b), ao ser consolidada, a colonização de Pernambuco pelos holandeses passa a ser representada pela palavra *conquista*, que, determinada pela expressão *novos ataques*, significa uma posse adquirida por meio de violência. Ademais, é preciso ressaltar que esta última expressão também é determinante para a constituição do sentido de invasão. Saber que os holandeses chegaram ao Nordeste por meio de *ataque* atribui, assim como a palavra *conquista*, um caráter violento à colonização por invasão.

Um novo termo será agora analisado, a saber, *tomada*. Ele aparece no primeiro capítulo da Unidade 9, *Os espanhóis ocupam a América*, no tópico intitulado *A tomada de Tenochtitlán*. Vejamos os enunciados abaixo:

4. Como podemos perceber, a tomada de Tenochtitlán não se tratou de uma vitória dos espanhóis sobre os indígenas, mas da vitória de diversos grupos étnicos que, aliados aos espanhóis, derrotaram um inimigo em comum: os astecas. Os povos nativos coligados aos espanhóis não podiam imaginar que a queda dos astecas era apenas o primeiro grande ato de uma história de destruição que arrastaria depois suas cidades, formas de organização social e política, crenças e milhões de vidas; 4a. Com o apoio de povos indígenas rebelados contra a dominação inca, os espanhóis tomaram a cidade de Cuzco (capital inca) e de Quito. (APOLINÁRIO, 2014, p. 213).

Esses enunciados mostram que, em sua chegada à América, os espanhóis se depararam com dois grandes impérios bem organizados e configurados nos moldes de uma civilização, o império Asteca e o império Inca. Isso muda a maneira como o início do processo de colonização é descrito. O livro utiliza, então, a palavra *tomada*.

Em (4), a expressão *tomada de Tenochtitlán* é reescriturada por substituição pelas expressões *queda dos astecas* e *primeiro grande ato de uma história de destruição*, que a determinam. Esta última expressão caracteriza a tomada de Tenochtitlán como o primeiro ato da colonização, marcada pela expressão *história de destruição*. Assim, a tomada de Tenochtitlán consolida a colonização. Ademais, dizer que há uma relação de determinação

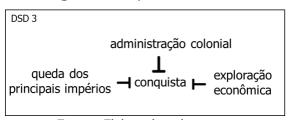
entre a expressão *tomada* e o fim (*queda*) de uma sociedade é dizer que um grupo tira de outro o domínio de uma região. Isso fica evidente também no uso da palavra *tomaram* no enunciado (4a). Esse enunciado mostra outro grupo que dominava a região (os incas) e as cidades que lhe foram tiradas/roubadas. E este é o principal ponto que diferencia, no livro didático, a chegada dos espanhóis a esse território e a chegada dos portugueses ao Brasil: o nível de organização social dos grupos nativos que já habitavam esses locais.

Após a transferência de domínio dos povos astecas e incas para os espanhóis, a colonização passa a ser representada pela expressão *conquista*, como mostra o enunciado a seguir:

4b. Consumada a queda dos principais impérios indígenas pré-colombianos, a Coroa espanhola começou, de imediato, a organizar a presença direta de seus representantes na administração colonial, visando consolidar a conquista e garantir a exploração econômica dos territórios (APOLINÁRIO, 2014, p. 215).

Em (4b), conquista é determinada pelas expressões queda dos principais impérios, administração colonial e exploração econômica. Essas expressões não só caracterizam a colonização, como consolidam esse processo, tornando o território uma colônia espanhola. É preciso destacar que a conquista da qual estamos tratando agora não possui a mesma perspectiva da conquista da colonização portuguesa. Diferentemente do DSD 1, que mostra as relações de determinação da palavra conquistar atreladas à ideia de início do desenvolvimento de uma região (principalmente, pelo termo explorar), as relações que envolvem a palavra conquista constituem uma ideia de troca, mudança dos administradores do território. Vejamos o DSD abaixo:

Figura 3: Esquema de DSD 3



Fonte: Elaborado pela autora

Notamos, até agora, que os três termos analisados – *conquista, tomada* e *invasão* – são utilizados para diferentes contextos de tentativa de posse dos territórios pelos europeus.

O próximo enunciado servirá de exemplo para, novamente, analisarmos a expressão *invasão*, no entanto, numa situação diferente de uso. Vejamos a seguir:

5. Nesse período, os contatos entre ingleses, franceses e povos ameríndios, que se multiplicaram rapidamente, eram basicamente comerciais. Entre os principais produtos comercializados estavam gêneros alimentícios, peles de animais, objetos de metal e tecidos. Porém, esses contatos não resultaram na fundação de vilas, cidades, núcleos coloniais, nem no domínio de populações indígenas e na invasão de seus territórios (APOLINÁRIO, 2014, p. 223).

Esse enunciado se refere ao início das relações entre europeus e nativos da região da América do Norte (Estados Unidos e Canadá). De maneira diferente das outras situações de colonização descritas acima, neste enunciado, já de início, a chegada de europeus no território é representada pelo termo *invasão*. Considerando a concepção desse termo já discutida neste tópico, podemos dizer que essa palavra é determinada por *fundação de vilas, cidades, núcleos coloniais* e *domínio de populações*, aspectos que fazem parte do processo de colonização (seja ele iniciado por tomada ou invasão).

Para melhor analisarmos essa representação da colonização (como invasão), tomemos o enunciado abaixo:

5a. O fato é que as relações entre colonos e indígenas foram muito mais conflituosas que amistosas. De norte a sul, os ingleses invadiram progressivamente os territórios habitados pelos indígenas, que reagiram com ataques esporádicos ou guerras (APOLINÁRIO, 2014, p. 225).

Em (5a), temos uma relação de predicação em "relações entre colonos e indígenas foram muito mais conflituosas". Nessa predicação, podemos afirmar que a palavra conflituosas determina relações e, assim, estabelecemos um sintagma nominal: relações conflituosas. Esta expressão, por sua vez, é o que determina o verbo invadiram. A relação de determinação se constitui porque os conflitos são preponderantes na constituição do sentido de invasão nesse processo de colonização. De modo diferente do sentido de invasão, quando utilizado para falar de holandeses que chegam a um território considerado de posse portuguesa, o sentido de invasão/invadiram nesses últimos enunciados enfatiza a violência do processo de colonização na América do Norte. O livro cita, a exemplo disso, que a população de nativos indígenas dessa região caiu "de aproximadamente 10 milhões de pessoas no começo do século XVII para apenas 600 mil indivíduos no final do século XVIII"

(APOLINÁRIO, 2014, p. 225), o que evidencia o caráter mais violento da colonização inglesa.

Pudemos perceber que as condições nas quais a colonização é iniciada influenciam no uso dos termos que representarão esse processo. Ainda, quando uma mesma expressão é utilizada em situações diferentes, ela se constituirá de maneiras diferentes, como nos exemplos em que analisamos os sentidos do termo *invasão*. Para entender melhor como se dão essas diferenças e a constituição do sentido dessas palavras analisadas, descreveremos a cena enunciativa e os memoráveis mobilizados nos enunciados no próximo tópico.

Constituindo a cena enunciativa da colonização da América

Os capítulos do livro didático dos quais recortamos os enunciados analisados tratam da colonização da América, dividindo os conteúdos pelas localidades de colonização e pelos povos que colonizaram. Essas divisões, no entanto, não têm fins meramente didáticos. Como já sinalizamos, todo dizer é político e inscreve uma posição de fala por meio da constituição de seus lugares enunciativos.

Alguns desses lugares são comuns a todo o livro didático, são o lugar de Locutor, o lugar social assumido por esse Locutor, de alocutor-autor, que representa aquele que organiza e escreve o livro⁵, e o lugar de enunciador universal assumido por quem escreve o livro, na ilusão de estar registrando fatos históricos de forma neutra. Também, o livro didático constitui aqueles para os quais ele é produzido: o Locutário, o alocutor-estudante e o alocutor-leitor.

Entretanto, há nos enunciados outras posições constituídas, e uma delas é a de enunciador individual, que se constitui no uso das expressões *invasão* e *invadiram*,nos enunciados (3) e (3a). Dizemos que um enunciador individual se constitui nesses enunciados, pois, embora a chegada dos holandeses seja num momento em que o território já é de posse portuguesa, a chegada dos portugueses não foi representada na perspectiva de invasão, mas de conquista.

Ainda que não haja oficialização ou qualquer indício de posse indígena do território, o livro afirma que os nativos que aqui habitavam seriam falantes de mais de mil línguas, um povo organizado socialmente, com cultura, religião e hierarquia, no entanto, a chegada dos portugueses às suas terras não é representada pelo termo "invasão". Essa escolha lexical é

-

⁵O livro tem diversos autores, mas o lugar social assumido por eles, nesse caso, é um só.

feita apenas quando enunciada a chegada dos holandeses ao Brasil. Podemos afirmar, assim, que esses enunciados mobilizam o memorável do discurso da contraposição entre civilizado e selvagem, e se constituem num espaço de enunciação do Brasil colonial. E nesse espaço, no litígio de perspectivas sobre a colonização, a que se sobrepõe é a do colonizador.

Nos enunciados que constituem o espaço de enunciação da colonização espanhola, o termo utilizado para representar as primeiras ações colonizadoras é *tomada*. Essa expressão fortalece ainda mais o discurso que contrapõe civilizado e selvagem. O nível de organização, relações econômicas, hierarquia são descritos pelo livro, de forma enfática, como maiores nas civilizações asteca e inca, e isso faz com que as primeiras ações colonizadoras do espanhol nos territórios das populações pré-colombianas sejam significadas na perspectiva de tomada. Dessa maneira, podemos dizer que um dos critérios que talvez seja utilizado para as escolhas lexicais das representações da colonização até aqui seja o nível de civilização das populações nativas da América.

Essa lógica de escolha, porém, se modifica quando se inicia a enunciação sobre a colonização da América do Norte. No enunciado (5), a expressão utilizada para representar a chegada europeia é *invasão*. Embora o livro destaque algumas relações comerciais entre nativos e europeus e o tamanho da população nativa dessa região – 10 milhões de habitantes –, não há muitas informações sobre o nível de organização social (não fica claro se os nativos formavam uma civilização tal qual a asteca e a inca ou se estavam num patamar semelhante ao dos indígenas do Brasil). Ainda assim, a expressão frequentemente utilizada para se referir à ação colonizadora na América do Norte é "invasão". Desse modo, podemos dizer que se constitui nos enunciados sobre essa conquista um enunciador individual, que marca suas escolhas por meio do uso de determinados termos e que possui um posicionamento específico em relação a essa parte da colonização na América. Esse lugar enunciativo marca diferentes posições em relação aos processos de colonização da América na enunciação do livro didático.

Existe uma diferença entre a colonização da América do Norte em relação às colonizações espanhola e portuguesa nas outras regiões do continente que é preciso ser destacada: o nível de violência da ação colonizadora. O livro traz dados sobre a redução da população nativa da América do Norte, que caiu de 10 milhões para 600 mil. Além disso, é citado que na colonização dessa região não houve tentativa de catequização (como na colonização portuguesa), nem de outros tipos de relação entre indígenas e colonos. Assim,

é possível que o termo *invasão* tenha sido utilizado na representação da colonização da América do Norte para significar o caráter mais violento desse processo.

No entanto, é preciso destacar que, mesmo a colonização portuguesa tendo dizimado grande parte da população indígena do Brasil e, assim, evidenciado um caráter também violento da ação colonizadora (sobretudo na escravização indígena), em momento algum a chegada portuguesa ao território brasileiro foi significada na perspectiva de invasão.

Conclusão

As análises dos enunciados sobre as colonizações na América permitiram perceber que as formas de descrever a chegada do colonizador em diferentes regiões fazem significar diferentes perspectivas sobre esse processo e, portanto, constituem posições distintas de enxergar a colonização. Mais de um termo é utilizado para representar a chegada europeia no continente, e esses termos mostram o caráter político do acontecimento enunciativo. Os sentidos de *tomada* (enunciados sobre a colonização espanhola) e de *invasão* (tanto na colonização holandesa no Nordeste, quanto na América do Norte) resgatam, como mostrado pelo memorável mobilizado, o discurso da oposição civilizado *versus* selvagem, muito frequente em materiais didáticos sobre colonização.

Nos textos analisados, pudemos identificar que esse discurso ainda se faz muito presente, sobretudo na narrativa sobre a colonização do Brasil — representada sempre na perspectiva de conquista —, ainda que o discurso da supremacia europeia se aplique às enunciações sobre povos indígenas de um modo geral. Esse memorável resgata também uma problemática ainda muito frequente, que são as relações de poder implementadas pela colonização, principalmente, de países sul-americanos, relações essas que transcendem o período colonial e se perpetuam mesmo depois da emancipação das antigas colônias.

Assim, é preciso ressaltar o uso do termo *invasão* no conteúdo sobre colonização da América do Norte (com ênfase nos Estados Unidos). O livro reconhece e enfatiza o caráter violento e genocida da colonização inglesa, mas é preciso pensar que, ainda que em proporções menores, no Brasil, muitas populações indígenas foram dizimadas, culturas destruídas e, mesmo assim, a colonização portuguesa não é representada na perspectiva de invasão em nenhuma passagem do livro. Desse modo, é necessário refletirmos essas diferenças de representação das colonizações, tendo em vista o caráter histórico e político do dizer, considerando a ideia de raça que fundamentou as atrocidades da colonização e

criou barreiras que separavam e ainda hoje separam os povos, criando preconceitos voltados para diferenças culturais e étnicas.

Essa ideia se enraizou nas relações entre povos, constituindo as marcas da colonialidade que fazem surgir discursos que circulam na sociedade e exercem influência sobre os falantes e, consequentemente, no seu agenciamento enunciativo (principalmente, na constituição do enunciador individual).

Uma característica muito marcante para a colonização que diferenciou a região que hoje são os Estados Unidos, ainda que passando por uma colonização extremamente violenta, foi a quantidade de pessoas brancas, que se faziam maioria no período colonial. A "branquitude social da sociedade estadunidense foi, inclusive, aprofundada com a imigração de milhões de europeus durante o século XIX" (QUIJANO, 2005, p. 120).

Assim, é possível que discursos voltados para questões étnicas façam constituir determinadas posições e não outras nas enunciações sobre a colonização da América do Norte. Além das influências que os discursos de prestígio da língua inglesa e da cultura norte-americana, também exercem sobre os falantes na constituição do agenciamento da enunciação.

Dessa maneira, a partir das análises, percebemos que o livro didático vai além de instrumentalização, ele administra, por meio do uso de diferentes expressões para representar a colonização, as desigualdades de vozes que o espaço de enunciação da colonização constitui em seus conteúdos. Assim, ele é uma ferramenta política, que pode, de alguma forma, influenciar aqueles que o utilizam como material de ensino.

Referências

APOLINÁRIO, Maria Raquel. Projeto Araribá: história. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BITTENCOURT, Circe (orq.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Dados estatísticos*. Brasília: FNDE, 2021. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos. Acesso em: 26 jul. 2021.

GANDRA, Edgar Ávila; NOBRE, Felipe Nunes. A temática indígena no ensino de História do Brasil: uma análise da coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). *Revista do Lhiste*: laboratório de ensino de história e educação, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 40-57, 2014.

FREITAS, Bárbara de Souza

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. *In:* GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (org.). *A palavra*: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Compreender discursivamente a escola: uma possibilidade construída. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (org.). *Análise de discurso no Brasil*: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ColecciónSurSur, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Maria Aparecida Lima; DOMINGUES, Ana Carla Bérgamo Gomes. Representações visuais dos indígenas no livro didático de história: estereótipos e colonialidade. *Educação Básica Revista*, [*S. l.*], v. 3, n. 2, p. p. 253-272, 2017.

SILVA, Giovani José; MEIRELES, Marinelma Costa. Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 8, n. 15, p. 7-30, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VIANA, Cibele Aparecida. Perdura o eurocentrismo no ensino de história? *Cadernos de Pós graduação*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 73-85, 2020.

Submetido em: 24/05/2021 Aceito em: 06/08/2021